7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

12 A 14 de Dezembro de 2024, PORTO ALEGRE
Análise de Política Externa

A (RE)PRODUÇÃO DISCURSIVA DE IDENTIDADE NACIONAL NO DISCURSO DE POLÍTICA EXTERNA DE DONALD TRUMP

ENA JORDANA GAZZONI DEGRAZIA HOWES

PROGRAMA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIOGRANDEDOSUL (PPGEEI/UFRGS)

A (RE)PRODUÇÃO DISCURSIVA DE IDENTIDADE NACIONAL NO DISCURSO DE POLÍTICA EXTERNA DE DONALD TRUMP

Ena Jordana Gazzoni Degrazia Howes[1]

RESUMO: Em uma conjuntura de multipolaridade na ordem internacional e disputa entre as grandes potências, questiona-se o papel dos Estados Unidos na reconfiguração de forças no cenário internacional, especificamente, após os anos do governo de Donald Trump (2017–2021). Dessa forma, o presente artigo busca realizar uma discussão sobre a (re)produção discursiva da identidade nacional estadunidense ocorridas durante o mandato presidencial de Trump. Tendo como objeto a construção de identidade nacional nos discursos de política externa, a pesquisa analisa três pronunciamentos presidenciais, sendo estes os três Discursos sobre o Estado da União proferidos pelo presidente estadunidense entre 2018 e 2020. O artigo busca responder a seguinte pergunta: a construção discursiva de identidade nacional nestes pronunciamentos, como produto discursivo, representou uma ruptura com o discurso de identidade nacional estadunidense baseado no discurso puritano? Em caso positivo, em quais aspectos? Esta análise discursiva será feita a partir de três eixos conceituais do puritanismo: i) a excepcionalidade e singularidade da nação estadunidense; ii) a constituição da identidade nacional a partir da contraposição com o "Outro" e o medo da ameaça externa; e iii) a missão dos Estados Unidos como líder da ordem internacional liberal e defensor dos valores desta ordem. Como hipótese, aponta-se que Donald Trump apresenta posicionamentos que em um primeiro olhar podem corroborar com o argumento que seu discurso de política externa seria isolacionista e não-intervencionista – rompendo, assim, com a ideologia puritana tradicional. Estes posicionamentos seriam falas e políticas tais como: a retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão em 2021; a saída de acordos multilaterais por parte dos Estados Unidos; as cobranças do presidente por maior investimento por parte dos demais membros da OTAN; e as afirmações que não cabe aos Estados Unidos agirem como força policiais em outros países. No entanto, estas configurações não representariam uma ruptura com o discurso puritano formador da identidade nacional estadunidense, sendo possível identificar um alinhamento geral com tal ideologia. A fim de avaliar esta hipótese, o artigo persegue uma abordagem qualitativa documental em relação a análise dos pronunciamentos presidenciais, aliada a estratégia teórica e metodológica da Análise de Discurso. Opta-se por esse arcabouço teórico a partir das discussões feitas sobre identidade nacional como produto discursivo, e, portanto, não fixa e passível de adaptações conforme a conjuntura política; e sua consequente (re)produção discursiva em pronunciamentos e documentos oficiais como prática de política externa e de reafirmação da ordem interna. Para tanto, o artigo baseia-se, sobretudo, nas obras de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, David Campbell e Erica Resende. Em relação a análise do puritanismo, apresenta-se, especificamente, as contribuições Sacvan Bercovitch e Emory Elliott. Como resultado, tem-se que Donald Trump adapta elementos do discurso puritano de identidade nacional, especificamente, pertinentes ao terceiro eixo apresentado neste resumo. No entanto, mantem continuidades com os elementos centrais do primeiro e segundo eixo. Assim, identifica-se que o discurso do presidente pode ser enquadrado dentro das categorias gerais existentes da referida ideologia de identidade nacional estadunidense.

Palavras-Chave: Análise de Discurso; Política Externa; Donald Trump; Puritanismo.

1. Introdução

Desde sua eleição, diversas análises se dedicaram a avaliar se as políticas do governo de Donald Trump (2017-2021) romperam com a tradição de política externa estadunidense (Mearsheimer, 2019; Nye, 2019; Renshon, Suedfeld, 2021; Hill, Hurst, 2022). Esta pesquisa busca contribuir com esse campo, examinando se sua narrativa presidencial representou um desvio no discurso da política externa, concentrando-se na (re)produção discursiva da identidade nacional.

[1] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER). E-mail jordana@howes.com.br.

Inicia-se a discussão apontando que diferente dos mitos fundadores que permeiam a cultura política de outros Estados nacionais, Bercovitch (2011) argumenta que nos EUA, os símbolos nacionais não ficam restritos às tradições orais, lendas ou sua evocação esporádica em contextos e datas específicas. Nos EUA, cotidianamente, seus marcos históricos e heróis nacionais, são instrumentalizados e representados na política e na sociedade estadunidense.

A (re)produção discursiva de arquétipos históricos, como o "excepcionalismo americano", a crença na missão de liderar o mundo e a "defesa da liberdade", reforçam a narrativa sobre uma determinada identidade nacional. Estes arquétipos se mostram presentes na inscrição de valores sociais específicos, como o individualismo no discurso da defesa à liberdade individual e à iniciativa privada; o pressuposto do respeito ao Estado de direito através das facetas da liberdade de expressão e igualdade de oportunidades. A partir destes valores deriva-se um conjunto de pressupostos que afetam da condução política estadunidense

Tais atributos e predicados foram reproduzidos historicamente (paralelos ao racismo e as desigualdades econômicas estruturais do país), em prol de um discurso ideológico particular sobre a fundação do Estado nacional, na medida que marginaliza outras experiências de identidade nacional (Bercovitch, 2011; Neüff, 2018). Entretanto, o discurso de homogeneização da identidade nacional para a coesão da sociedade civil, também se reflete nos discursos de política externa. O papel de liderança dos EUA, e de protetor dos valores liberais da ordem internacional foi historicamente naturalizado por meio de discursos políticos e da formulação da agenda internacional, consolidando uma identidade específica na política externa (Campbell, 1998; Hixson, 2008; Resende, 2009).

Nesse sentido, Campbell (1998) afirma que as formulações de política externa estadunidenses são intrínsecas às construções discursivas da identidade nacional do país. No que diz respeito a essa relação, Resende (2009, p. 11) afirma "[...] a política externa depende de representações de identidade e essa somente se torna possível por meio da formulação de política externa". Na mesma linha, Hansen (2006) aponta que a suposta proteção e promoção de um determinado tipo de identidade se torna justificativa para formulações de políticas, as quais guardam um conteúdo ideológico específico. Ao mesmo tempo, entende a autora, no discurso de política externa certas identidades nacionais são reproduzidas e reafirmadas, enquanto outras são deslegitimadas.

A partir desse panorama, o presente artigo discute a (re)produção discursiva da identidade nacional na narrativa trumpista, avaliando seus três Discursos sobre o Estado da União (2018 a 2020). Antes de avançar na discussão, a pesquisa aponta que o este estudo se configura como parte de um esforço inicial na construção de um projeto de

pesquisa mais amplo, que servirá de base para o desenvolvimento de uma futura tese de doutorado. Nessa, buscar-se-á analisar a (re)produção do discurso puritano na colônia da Nova Inglaterra e sua consequente influência na construção da identidade nacional estadunidense e sua relação com a narrativa política de Donald Trump.

Portando, as análises e hipóteses aqui propostas, bem como os resultados encontrados possuem uma natureza preliminar, a partir da qual busca-se direcionamentos para investigações mais aprofundadas na construção desta pesquisa mais ampla. Assim, é apresentada uma análise objetiva e concisa, coerente com tais parâmetros. Dessa forma, explora-se os seguintes questionamentos: a construção de identidade nacional nos pronunciamentos selecionados, como produto discursivo, representou uma ruptura com o discurso da identidade nacional estadunidense, bem como suas bases discursivas puritanas? Em caso positivo, em quais aspectos?

Como hipótese, a pesquisa reflete que apesar de medidas e retóricas aparentemente isolacionistas e não-intervencionista[2], isto não representaria uma ruptura com o discurso tradicional de identidade nacional da política externa, e seus fundamentos puritanos. Assim, seria possível identificar um alinhamento tendencial com o unilateralismo tradicional da política externa, alinhando o discurso trumpista de forma geral com tal ideologia, principalmente com os elementos do primeiro e terceiro eixo conceitual apresentados por esta pesquisa, tendo, no entanto, mais dissonâncias com o segundo eixo.

Esse estudo será feito a partir de uma análise preliminar dos tropos discursivos do puritanismo, no contexto da colônia da Nova Inglaterra no século XVII, que serão posteriormente relacionados com três eixos conceituais específicos da identidade estadunidense. Esses foram encontrados a partir de uma pesquisa prévia na qual verificou-se a predominância de três pressupostos básicos na construção da identidade nacional: A Excepcionalidade Estadunidense; O Papel dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal; A Relação com o “Outro” e a Ameaça Externa. A partir dessa análise, a pesquisa realiza um estudo contrastivo com a narrativa presidencial em questão; buscando inferir em que medida esses eixos conceituais, e sua relação com o puritanismo, são articulados na narrativa de identidade nacional de Donald Trump.

2. Análise de Discurso

Para avaliar sua hipótese, além das contribuições instrumentais de Bercovitch (2011) e Elliott (1975) sobre o puritanismo, o artigo adota a abordagem da Análise de

[2] Tal como a retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão (2021); a saída de acordos multilaterais; as cobranças do presidente por maior investimento pelos outros membros da OTAN; e a rejeição ao papel internacional de interventor moral e militar dos EUA (Magnotta, 2021).

Discurso para examinar os referidos pronunciamentos presidenciais, baseando-se na ideia de que a identidade nacional é um produto discursivo, mutável conforme a conjuntura política. Da mesma forma, sua (re)produção discursiva em agendas oficiais (como pronunciamentos políticos) é tratada como uma prática de política externa e de reafirmação da ordem interna (Campbell, 1998).

Nesse sentido, uma realidade política particular somente pode ser entendida através de um sistema de significados e pressupostos específicos, logo, esta se encontra inserida em uma estrutura discursiva. Dessa forma, o discurso político é reproduzido por subjetividades apreendidas a partir desta estrutura, e tal como outras formas de discurso, criam problemáticas, objetos e sujeitos; ao mesmo tempo que articulam políticas para enfrentá-los (Shapiro, 1988; Laclau; Mouffe, 1985).

Sendo assim, a reprodução de um discurso é uma relação holística entre materialidade e ideias, na qual as identidades dos sujeitos políticos são simultaneamente razão e produto discursivo, constituindo, assim, a base tanto para o discurso de política externa quanto para medir seus resultados (Hall, 2003; Hansen, 2006). Intrínseco a este conceito está o entendimento que discursos ideológicos são estruturas instáveis, visto que estão submetidos a mudanças históricas por serem práticas políticas e sociais, as quais não são fixas no tempo (Laclau; Mouffe, 1985; Campbell, 1998).

A política externa, nesse sentido, serve como uma prática discursiva para reforçar a identidade, tanto para o público interno como o externo. Assim, a divisão tradicional entre política doméstica e internacional não é natural nem objetiva, mas produto de discursos ideológicos historicamente reproduzidos. A política externa, dessa maneira é sustentada por representações específicas da identidade nacional (re)produzidas pelo discurso (Hansen, 2016; Campbell, 1998).

A identidade de um sujeito ou Estado é constituída concomitantemente ao seu antagonista, através da *alteridade* (ou oposição binária) demarcando seus limites em relação ao outro em um processo de repetição padronizado. Assim, a (re)reprodução do discurso ideológico é essencialmente polarizada, contrapondo o “Nós” e “Outros” – reforçando as propriedades positivas do primeiro e as negativas do segundo (van Dijk, 2015).

Logo, autopercepção nacional envolve não apenas a lealdade e identificação simbólica, mas também pela anulação da alteridade pela violência do Estado através da força material e da linguagem (discurso), subjugando culturas, costumes, línguas e tradições diferentes na criação de uma identidade uniforme (Hall, 2006). A partir dessas práticas discursivas, a política externa é central à constituição, produção e manutenção da identidade nacional e do Estado nacional, sobretudo a partir das relações de

alteridade. Entende-se, portanto, que a narrativa da ameaça externa na política externa dos EUA é uma maneira de consolidar a percepção de instabilidade trazida pelo mundo externo à ordem provida pela burocracia e segurança estatal (Campbell, 1998).

3. O Discurso Puritano

Fugindo da perseguição religiosa na Inglaterra, as primeiras migrações para a colônia inglesa no continente norte-americano estabeleceram as colônias da Nova Inglaterra a partir de 1630 (Resende, 2009). Formado pelo mais extremado segmento do protestantismo, os puritanos pregavam o respeito aos ritos bíblicos e a ortodoxia cristã, em contraste à suposta corrupção moral da Igreja Anglicana e Católica. Diferente das colônias da Nova França, Nova Espanha e Nova Amsterdã, que replicavam as estruturas sociais e os sistemas de crenças da Europa renascentista, os colonos puritanos, rejeitavam o "Velho Mundo". No seu lugar, buscavam fundar uma comunidade cristã ideal, representativa de um projeto profético do "Novo Mundo" (Bercovitch, 2011).

Tal como na tradição bíblica da fuga dos hebreus para Canaã (a Terra Prometida), os puritanos se enxergavam como um "povo eleito". Eram imbuídos de uma missão divina que chancelava a conquista e exploração da terra através de "guerras santas" contra as populações indígenas originárias[3] e a coroa britânica (Hixson, 2008). Assim, a crença na predestinação legitimava a violência e a conquista, estabelecendo uma relação entre o bem-estar material, a exploração e a salvação pessoal. A redenção dos pecados se fundira com as ideias de expansão territorial e conflitos geopolíticos, lançando as bases para uma cultura cristã expansionista e materialista que se reverbera na identidade estadunidense atual (Bercovitch, 2011).

Representativo desse discurso, o célebre sermão *A Model of Christian Charity* (Um Modelo de Caridade Cristã), escrito pelo pastor puritano e governador da Colônia da Baía de Massachusetts, John Winthrop em 1630, é tido como ponto de partida intelectual da identidade estadunidense, na sua disposição expansionista[4] (Miller, 1956). Na obra, a colônia é retratada como "*a city set upon a hill*" (uma cidade situada em uma colina): uma terra de novas oportunidades, idealizada como um modelo ao mundo de uma comunidade pactuada com um governo civil e eclesiástico (Bozeman, 1986).

---

[3] Cita-se dois dos maiores dos conflitos: a Guerra Pequot (1636-1638) e a Guerra do Rei Filipe/Guerra de Metacomet (1675-1676) (Hixson, 2008).

[4] Este sermão influenciou várias narrativas presidenciais modernas, impactando o discurso de identidade nacional reproduzido na política externa estadunidense. Foi usado por John F. Kennedy (1961-1963) em 1961, por Lyndon Johnson (1963-1969) em 1964 e recorrentemente por Ronald Reagan (1981-1989), que popularizou a expressão "uma cidade brilhante na colina", integrando-a ao vocabulário do Partido Republicano a partir de 1980 (Tyrell, 2021).

Nota-se que a ideia puritana dos EUA como um projeto sagrado, representado pela narrativa do povo eleito, guiado pela Providência Divina, concilia elementos religiosos e seculares, promovendo, dessa forma, a expansão territorial como o destino profético do projeto civilizacional puritano (Domingues, 2009; Van Engen, 2020). Nessas configurações, percebe-se como o caráter exemplar e missionário do discurso puritano influenciaram tanto a formação cultural da colônia e sua identidade, como sua relação com o mundo externo (Restad, 2015).

De acordo com Bercovitch (2011), o destino profético do "Eu" puritano estadunidense é um processo, que permanece incerto e eternamente perseguido. A incerteza sobre a concretização da missão puritana levaria a uma constante ansiedade sobre a própria identidade e o futuro da comunidade, motivando a busca pela salvação e a responsabilidade profética de construir a "cidade sobre a colina" (Elliot, 1975).

No discurso dos pastores puritanos, a responsabilidade dos colonos de serem os executores do projeto de Deus, e a narrativa dos perigos da degeneração do mundo externo à comunidade puritana, favorecia o controle da dissidência social. Os inimigos, encarnados por indígenas, ingleses e europeus, espreitavam fora das muralhas imaginárias da Nova Inglaterra e ameaçavam o povo de Deus. Assim, a narrativa de ameaça da destruição da comunidade pelo "Outro" gerava um senso de insegurança e necessidade de autodisciplina constante (Elliot, 1975).

Nesse sentido, Miller (1955) relaciona o senso de ansiedade do discurso puritano à ansiedade nacional moderna dos EUA de reafirmação da sua identidade, causada, de acordo com o autor, pela coesão social artificial dessa sociedade, diferente ao crescimento natural e orgânico através da miscigenação de grupos sociais. Desse modo, adventos como a Guerra da Independência e a instauração da Constituição seriam movimentos deliberados de construção de um Estado nacional, o qual não se materializa organicamente a partir de um povo, mas como uma instituição artificial.

Tal como no discurso puritano disciplinador do "Jeremíada", em que se pregava o anúncio do fim iminente, acusações de degeneração da sociedade, as tentativas de reforma da Igreja, práticas de evangelização ou conversão e atos de caridade (Resende, 2009), valores sociais particulares à fé puritana se transformaram dentro do discurso moderno da identidade nacional moderna. Estes estão representados na moralidade estrita; o sucesso material alcançado pela virtude da autodisciplina e do trabalho árduo; a valorização da comunidade em detrimento a governos centralizadores (Neüff, 2018).

Estes atributos, por sua vez, foram combinados ao discurso secular liberal, e a confluência destes elementos contribuiu para a persistência do discurso da excepcionalidade estadunidense, não só na política, como na cultura popular, ampliando, assim, seus limites exclusivamente religiosos (Neüff, 2018). Com base nos

pontos discutidos, observa-se que a percepção das singularidades democráticas e liberais do país, aliada às estratificações históricas do discurso puritano, ou seja, suas heranças culturais e ideológicas sobre predestinação divina, consolidou a crença dos EUA como representantes de uma sociedade não só singular, mas mais evoluída.

Nesta medida, através do discurso da excepcionalidade, a suposta superioridade dos valores nacionais incumbiu a responsabilidade moral sobre o país de exercer um papel especial no mundo. Este, por sua vez, foi articulado, seja pelo seu caráter missionário de nação redentora, seja pelo seu caráter exemplar, ou combinados, como um modelo para o mundo. Assim, fundamentada no discurso da excepcionalidade, a reprodução destes tropos discursivos foi essencial na autoidentificação da população com a comunidade imaginada sobre os Estados Unidos no mundo pós-1945.

4. Os Marcadores Históricos da Identidade Estadunidense

A pesquisa ressalta que o discurso da excepcionalidade estadunidense, como primeiro eixo conceitual desse estudo, tem um caráter fundamental na construção discursiva da identidade nacional, inferindo em vários aspectos do papel dos Estados Unidos na OIL, como segundo eixo conceitual, e sua relação de alteridade com as identidades de outros Estados e atores não-estatais, como terceiro eixo (Restad, 2015; Domingues, 2009; Tyrell, 2021; Neüff, 2018; Hixson, 2008). Assim, os três eixos conceituais da presente pesquisa encontram-se interligados.

Primeiramente, define-se “A Excepcionalidade Estadunidense” como uma prática discursiva, logo, trata-se de um conjunto de ideias baseado em um passado histórico e transmitido pela linguagem. Reproduzida de forma desordenada e desigual ao longo da história dos Estados Unidos, esta funciona como um recurso ideológico essencial ao processo de imaginar a percebida nação estadunidense e sua identidade nacional (Tyrell, 2021; Neüff, 2018). Típico das práticas discursivas, é cíclica e excludente de outras identidades e discursos, e usada como fundamento, bem como justificativa para as mais diversas agendas políticas. Como consequência, por sua falta de estabilidade discursiva, torna-se suscetível a adaptações e manipulações pelas narrativas que a reivindicam (Tyrell, 2021; Restad, 2015).

A compreensão da excepcionalidade estadunidense baseia-se na ideia de que o país é singular, devido à sua fundação e desenvolvimento únicos na história mundial Assim, tem-se o conceito que os EUA percorrem um fio evolutivo que transcende o curso “das leis sociais de desenvolvimento”, imunes aos males sociais que afetaram outras repúblicas, impérios e nações (Bell, 1991). Com base na crença cultural da excepcionalidade dos valores nacionais (The American Creed) que os distinguiria de

outros países desenvolvidos[5] (Lipset, 1996), assume-se que regras internacionais não se aplicariam aos Estados Unidos (Shafer, 1991).

A partir desse discurso, invoca-se uma hierarquia normativa entre os atores do SI, na qual os EUA estão no topo, visto sua história e instituições liberais que os diferenciam de outras sociedades tanto quantitativamente como qualitativamente (Bell, 1991; Restad 2015). Entretanto, esta liderança não é isenta de responsabilidades, pois singularidade e superioridade não são equivalentes a excepcionalidade, visto que todas as nações são únicas em suas particularidades histórias. Assim, os EUA, a partir do seu caráter inovador, seriam um "experimento" ou "modelo" para o mundo seguir em relação à prosperidade econômica e política (Bell, 1991).

A partir disto, deriva-se duas vertentes ontológicas (que podem se sobrepor): o caráter exemplar da excepcionalidade, que resguarda os EUA de atuarem nos conflitos internacionais, e o missionário, que incumbe o país de liderar a Ordem Internacional Liberal (OIL) (Tyrell, 2021; Restad 2015). Contudo, independente da vertente política, o conceito da excepcionalidade é convencionalmente apontado como uma das premissas básicas para o entendimento da identidade nacional. Ao longo do século XX e XXI, esse discurso foi (re)produzido, instrumentalizando episódios históricos como a fundação da comunidade puritana, a Guerra da Independência e a expansão territorial, recorrendo-se a terminologias e práticas discursivas específicas (Tyrell, 2021; Domingues, 2009).

O segundo eixo de análise, "O Papel dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal" do pós-1945, pode ser analisado pelo argumento liberal de Burley (1993), ao analisar a política externa ativista dos EUA na Guerra Fria em paralelo à política interna liberal do New Deal. O predomínio do internacionalismo multilateral na agenda externa explicar-se-ia pela ideia de que o sucesso do projeto doméstica exigia uma ordem internacional correspondente. Assim, o modelo liberal seria replicado globalmente, institucionalizando uma ordem econômica e social baseada nos princípios da democracia liberal estadunidense, articulada pelo internacionalismo multilateral.

Ademais, cita-se o argumento que o multilateralismo internacional é amparado pela autopercepção coletiva que a formação liberal da nação foi particularmente plural e inclusiva de diferentes religiões e etnias (Ruggie, 1997). Assim, a inclinação multilateral do país na Guerra Fria, manifestada através de alianças e a criação de instituições internacionais, seria uma característica permanente da política nacional graças à identidade política multicultural dos EUA (Ikenberry, 2003). Assim, o suposto comprometimento dos EUA à defesa das regras e instituições internacionais, através de

[5] Lipset (1996) estes são: liberdade pessoal (em detrimento da igualdade de classe); igualitarismo (a igualdade e qualidade de oportunidades); individualismo (autonomia do cidadão individual); populismo (no seu caráter antigovernamental e contra poderes centralizadores); liberalismo (laissez-faire).

parcerias e afiliações consensuais[6], resultou em uma ordem hierárquica essencialmente liberal, facilitando a moderação, o compromisso, a reciprocidade e a legitimidade, favorecendo a estabilidade do Sistema Internacional (SI) (Ikenberry, 2011).

Por outro lado, Karns e Mingst (1992) apontam que os EUA mantiveram liberdade de ação para adotar políticas de segurança unilaterais quando necessário, em detrimento de ações conjuntas e limitadoras à sua soberania, usando instituições internacionais como ferramentas adicionais de poder[7]. Por sua vez, Prestowitz (2003) afirma que o discurso do internacionalismo multilateral[8], manifestado através do idealismo wilsoniano, invocando a narrativa de promoção dos valores liberais, foi conciliado ao impulso unilateralista da política externa e da agenda anticomunista.

Assim, a criação do sistema monetário internacional pós-guerra virtualmente impossibilitava a dissidência ao modelo de democracia capitalista de mercado, favorecendo os interesses comerciais estadunidenses. Isso permitiu que os EUA mantivessem sua soberania econômica (visto o uso do dólar como âncora cambial) e flexibilidade na adesão aos compromissos multilaterais[9], em paralelo a promoção do discurso internacionalista quando propício ao interesse nacional[10] (Prestowitz, 2003; Restad, 2015). Por sua vez, Niebuhr (1970) realça a tradição unilateralista da política externa dos EUA, que encontra ressonância na história doméstica segregacionista e violenta do país. Discrepante, portanto, com o discurso da "nação redentora" da humanidade, como proposto pelos princípios liberais da Declaração da Independência (1776) e do puritanismo.

Nesse sentido, em relação ao caráter missionário e exemplar do discurso da excepcionalidade na política externa do país (sendo o primeiro associado ao isolacionismo e o segundo ao internacionalismo multilateral), Restad (2015) encara a

---

[6] Essa suposta dominação consensual, foi articulada através de instituições como a ONU (1945) e OTAN (1949); o Plano Marshall (1948-1951), o Acordo de Bretton Woods (1944-1973), o FMI como árbitro do novo sistema econômico pós-guerra, e o Banco Mundial como um fundo de financiamento multilateral; o GATT (1947-1995) e a OMC (1995) (Ikenberry, 2011; Karns, Mingst, 1992); a Carta do Atlântico (1941), a Carta da ONU (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) (Ikenberry, 2011).

[7] Notadamente, os artigos 23 e 27 da Carta da ONU permitem aos EUA bloquear ações através do poder de veto no Conselho de Segurança; o artigo 51 permite que o país tome ações defensivas individuais e coletivas em detrimento dos canais multilaterais da organização

[8] A partir do governo Truman (1945-1953), a narrativa anticomunista articulou-se através de políticas de recuperação econômica, mecanismos coletivos de segurança, implementando-se uma estrutura securitária internacional, bem como extensivas redes de bases militares estadunidenses no mundo (Prestowitz, 2003).

[9] Os Estados fora da esfera soviética toleravam essas prerrogativas especiais dos EUA aos constrangimentos institucionais em troca do acesso a bens coletivos internacionais. Esses incluíam proteção militar e apoio contra movimentos oposicionistas, assistência econômica, estabilidade monetária via o dólar, e acesso aos mercados estadunidenses. Este arranjo internacional veio à custa de altos investimentos e comprometimentos por parte dos EUA, embora amplamente mais benéfico aos estadunidenses. Além de servir a estratégia hegemônica a longo prazo do país, essa política também agia na contenção imediata da expansão geopolítica soviética (Skidmore, 2011).

[10] Paralelo a imposição de políticas de não-agressão e do modelo democrático liberal, os EUA apoiaram a instauração de regimes militares e práticas autoritárias em regiões como Ásia e Oriente Médio para conter a influência soviética (Prestowitz, 2003; Restad, 2015).

estratégia estadunidense como “unilateralismo internacional”. Tampouco exclusivamente isolacionista, ou multilateralista, essa preservou sua hegemonia através de uma ordem que sustentasse os interesses nacionais, articulando uma política externa ativista marcada pelo unilateralismo, conciliando o caráter missionário e exemplar.

Nota-se que o determinador comum entre as abordagens aqui apresentadas sobre o papel internacional dos EUA, é a concordância sobre o comportamento ativista de Washington através do *status* de superpotência em ascensão após 1945, explorando o caráter universalista de sua política externa (Tyrell, 2021; Restad, 2015). Assim, com base na confluência dos argumentos expostos, a pesquisa define que o papel internacional dos EUA, no século XX e início do século XXI, através do discurso da identidade excepcional, como *unilateralismo ativista*. Essa política permitiu que Washington estabelecesse um sistema de regras assimétrico, baseado em compromissos multilaterais impositivos, mas sem necessariamente segui-los (Hunt, 2007), preservando sua hegemonia e a narrativa de superioridade moral.

Por fim, sobre o terceiro eixo conceitual da pesquisa, “A Relação com O ‘Outro’ e a Ameaça Externa”, discute-se a relação formativa da alteridade com a identidade estadunidense. A partir de um discurso civilizatório, a política externa estadunidense historicamente encarou a alteridade como uma ameaça, negando as subjetividades da identidade alheia a partir de representações simplistas (Campbell, 1998). Esse exercício discursivo constrói objetivos e interesses nacionais como autoevidentes, apelando ao senso comum de mal *versus* bem, no qual os EUA são defensores da paz e da liberdade, e seus antagonistas inerentemente maus e belicosos (Resende, 2009).

Historicamente, diferentes grupos, países e regimes encarnaram o “inimigo-outro”, orientando a política externa a partir do discurso de defesa da identidade nacional. Uma política reforçada por discursos de raça, gênero e religião que caracteriza o “Outro” como autoritários, incivilizados e violentos - predicados estes, opostos aos valores estadunidenses (Hixson, 2008). Contraditoriamente, legitimada pelo discurso patriótico, a violência fez parte da construção da identidade estadunidense, desde os conflitos com as populações indígenas, a partir do discurso puritano e a narrativa Destino Manifesto, até a Guerra ao Terror (Resende, 2009; Hixson, 2008).

Assim, o discurso da excepcionalidade, atravessado pelo papel redentor dos EUA (Niebuhr, 2008), levou a processos violentos de homogeneização interna, instrumentalizando discursos puritanos e republicanos (Haberski Junior, 2022; Tyrell, 2021). Do mesmo modo, sendo a alteridade uma ameaça à ordem interna, a política externa usa capacidades militares e econômicas, propagando o discurso da democracia liberal. Neste sentido, o alcance do discurso presidencial é crucial para garantir a coesão

dentro e fora das fronteiras nacionais contra a alteridade através de uma linguagem moral específica, justificando ideologicamente o militarismo (Resende, 2009)

Um fenômeno resultado da internalização pela população de regimes discursivos civilizatórios violentos, como a "domesticação" da fronteira e a necessidade de liderar o "mundo livre" contra o comunismo e o terrorismo, reafirmando as capacidades hegemônicas estadunidenses de liderar a OIL (Hixson, 2008). Ademais, através da conciliação entre o caráter exemplar e missionário da excepcionalidade, instrumentalizou-se o impulso unilateral ativista da política externa, usando a identidade nacional como causa e produto da política externa: aquilo que necessita ser protegido e o que emerge como consequência dessa agenda (Niebuhr, 2008; Restad, 2015).

Nesse sentido, Campbell (1998) aponta que o período da Guerra Fria foi essencial para estreitar a relação da identidade estadunidense à política externa. O anticomunismo, reproduzido bipartidariamente, impôs um padrão de comportamento aos cidadãos, que se desviado, seriam considerados detratores da ordem social e, consequentemente, inimigos do Estado. Através deste discurso disciplinador, aumentou-se a percepção de perigo sentida pela população, estando em linha com a política externa e seu tratamento do "Outro" externo[11].

Assim, o papel dos EUA, a partir do discurso da excepcionalidade, foi pautado, predominantemente, pela instrumentalização do unilateralismo ativista na condução da OIL, aliada ao discurso do internacionalismo multilateral. Concomitantemente, essa dinâmica pautou sua relação de alteridade com outros atores do SI como uma característica central da identidade nacional, baseada em práticas políticas expansionistas e unilaterais (McDougal, 1997; Restad, 2015).

5. A Narrativa Presidencial De Donald Trump

Seguindo o caráter objetivo do presente estudo, nesse momento, reflexões mais abrangentes sobre a agenda política do governo Trump não serão abordadas, visto que serão aprofundadas em uma futura pesquisa de doutorado. Assim, essa discussão preliminar serve para indicar direções para uma análise de discurso contrastiva entre a narrativa de identidade nacional do supracitado presidente e a identidade puritana, tema a ser explorado em detalhe no trabalho de construção de tese.

Nesse momento, foram usados os três Discursos sobre o Estado da União feitos por Trump, nos quais verificou-se recursos tradicionais da excepcionalidade

[11] Apesar de episódios intervalados de pressões sociais mais proeminentes contra políticas agressivas e intervencionistas (como a Guerra do Vietnã e a Guerra ao Terror) esse discurso possui um consentimento nacional majoritário (Haberski Jr, 2022), que fora essencial para que recursos nacionais fossem direcionados predominantemente para a militarização e a segurança nacional (Hixson, 2008).

estadunidense, como vistos no primeiro eixo conceitual da pesquisa, sendo articulados em sua narrativa sobre a identidade nacional. O presidente exalta, por exemplo, a singularidade do povo estadunidense "[...] nenhum povo na Terra é tão destemido, audacioso ou determinado quanto os americanos (Estados Unidos, 2018, tradução própria[12]).

Nota-se que seus pronunciamentos foram marcados pelo caráter exemplar da excepcionalidade, como quando afirma que os EUA foram fundados por: "[...] um povo incrível com uma ideia revolucionária: que eles poderiam governar a si mesmos. Que poderiam traçar seu próprio destino. E que, juntos, poderiam iluminar o mundo" (Estados Unidos, 2018, tradução própria[13]). Ademais, também resgata elementos discursivos do passado histórico nacional, para afirmar a grandeza do país:

> A nação americana foi forjada na vasta fronteira pelos homens e mulheres mais duros, fortes, ferozes e determinados que já caminharam sobre a face da Terra. Nossos antecessores enfrentaram o desconhecido; domaram a selva; estabeleceram-se no Velho Oeste (Estados Unidos, 2020, tradução própria[14]).

Entretanto, embora ressalte as origens excepcionais do país "[…] nossos antepassados construíram a república mais excepcional que já existiu em toda a história da humanidade [...] (Estados Unidos, 2020, tradução própria[15]), a narrativa do povo eleito é ignorada. Efetivamente, o presidente articula simbolismo religiosos, e se compromete defender o direito à liberdade religiosa da Segunda Ementa da Constituição, mas sem recorrer ao conceito puritano de predestinação divina.

Em sua retórica, Trump se propõe resgatar a excepcionalidade nacional por meio de suas habilidades empresariais, em vez de encará-la como algo dado, tornando-a um bem material e um título a ser permanente conquistado (Wertheim, 2017). Ademais, nota-se que o caráter exemplar da excepcionalidade é sobressalente ao missionário, como quando Trump afirma que sua prioridade será com a estabilidade interna e não a "redenção" do resto do mundo: "[...] meu principal dever e o dever sagrado de cada autoridade eleita nesta Câmara, é defender os americanos" (Estados Unidos, 2018, tradução própria[16]).

Da mesma forma, em relação ao papel dos EUA na OIL, como visto no segundo eixo conceitual, Trump descarta a universalidade da experiência social dos

---

[12] "[…] no people on Earth are so fearless, or daring, or determined as Americans" (Estados Unidos, 2018, tradução propria).
[13] "[…] an incredible people with a revolutionary idea: that they could rule themselves. That they could chart their own destiny. And that, together, they could light up the world (Estados Unidos, 2018, tradução própria).
[14] "The American nation was carved out of the vast frontier by the toughest, strongest, fiercest, and most determined men and women ever to walk on the face of the Earth. Our ancestors braved the unknown; tamed the wilderness; settled the Wild West (Estados Unidos, 2020, tradução propria).
[15] "[…] our ancestors built the most exceptional republic ever to exist in all of human history […] (Estados Unidos, 2020, tradução propria).
[16] "My duty, and the sacred duty of every elected official in this chamber, is to defend Americans" (Estados Unidos, 2018).

estadunidenses, assim, seus desafios e aspirações são individualizados. Logo, seu exemplo não cabe indistintamente ao resto do mundo, bem como não é responsabilidade dos EUA solucionar os conflitos enfrentados por outros atores internacionais: "[…] também não é nossa função servir outras nações como forças policiais" (Estados Unidos, 2020, tradução própria[17]).

Sua narrativa é discrepante com as práticas discursivas comuns de imposição de reformas políticas e implementação de regimes liberais, bem como a exportação do modelo econômico neoliberal através de intervenções indiretas e operações militares diretas. Medidas que foram legitimadas pelo discurso do dever moral dos EUA de promoção da democracia, benefício à comunidade internacional e a sociedade estadunidense. Em contraste, narrativa de Donald Trump se concentra na articulação de práticas unilateralistas em detrimento do caráter missionário do discurso de política externa (Restad, 2020; Carafano, 2021).

Identificou-se nos pronunciamentos do presidente que os tropos da excepcionalidade estadunidense (eixo um), e a identificação e descrição do papel dos EUA no mundo (eixo dois), foram expressivamente condicionados a sua relação da identidade com a ameaça externa (eixo três) - uma prática, ressalta-se, que não foge do padrão estabelecido nas narrativas presidenciais durante a Guerra Fria (Haberski Junior, 2022). As referências à rivais estratégicos como Irã, Coréia do Norte e Venezuela, seguiram uma linha similar com o discurso de alteridade clássico da política externa, os descrevendo como regimes corruptos ou opressores (Estados Unidos, 2017; Diamond; Klein, 2019).

Entretanto, a narrativa de Trump se difere na medida em que seus oponentes são mais diversificados por não se concentrarem apenas em ameaças internacionais convencionais. Além de rivais estatais e grupos paramilitares[18], as ameaças estariam contidas dentro do território nacional (Holland, Fermor, 2021; Mead, 2017). A linguagem usada para tratar da polarização interna, entre o "Nós" e "Outros", foi similar àquela usada na construção discursiva do inimigo externo e o risco à coesão interna. Em seus discursos identifica-se, predominantemente, dois inimigos-outro domésticos: políticos e congressistas democratas e migrantes indocumentados.

Trump culpa os congressistas pelas décadas relações comerciais desfavoráveis com a China, o roubo de empregos e de propriedade intelectual: "Eu não culpo a China por se aproveitar de nós – culpo os nossos líderes e representantes por permitirem que

[17] "[…] it is also not our function to serve other nations as law enforcement agencies" (Estados Unidos, 2020).
[18] Ademais, Trump também posicionava organizações multilaterais e parcerias estratégicas tradicionais, como a OMC e a OTAN, e EU como riscos a soberania nacional (Magnotta, 2021).

esta farsa acontecesse" (Estados Unidos, 2019, tradução própria[19]). Em outro momento, o presidente acusa o Congresso de atacar a liberdade individual da população de escolher um plano de saúde privado, por proporem legislações "socialistas" de um sistema público universal de saúde, o que, consequentemente, beneficiaria migrantes indocumentados. Estas propostas, portanto: "[...] funcionariam como uma poderosa isca para a imigração ilegal. É isso que está acontecendo na Califórnia e em outros estados. Os seus sistemas estão totalmente fora de controle, custando vastas e inacessíveis quantias de dinheiro aos contribuintes (Estados Unidos, 2020, tradução própria[20]).

Na visão trumpista, uma consequência direta do "globalismo" e do multilateralismo internacional, foram as fissuras à percepção tradicional da identidade estadunidense e a instabilidade da ordem interna. Estas, concretizadas através da miscigenação, do "cosmopolitismo" e do "multiculturalismo", reproduzidos e apoiados pelas elites internacionais, grupos étnicos e religiosos diversos (Mead, 2017).

Nota-se que a construção do inimigo na figura do migrante indocumentado, reforça o conceito da política externa como uma construção discursiva disciplinadora que molda a identidade nacional, promovendo a coesão da ordem interna (Campbell, 2008). Paralelamente, a reprodução discursiva da identidade tradicional e cultura política nacional, como a excepcionalidade, realça o senso de ameaça causado pela alteridade, que desafia os pressupostos do ordenamento nacional e os predicados atribuídos ao "Eu/Nós" (Campbell, 1998; Doty, 1993).

Considerações Finais

Com base neste estudo, a pesquisa encontrou desvios ontológicos na narrativa de identidade nacional de Donald Trump em comparação aos marcadores históricos da identidade estadunidense, sendo os mais expressivos em relação ao primeiro e segundo eixo. Em relação ao primeiro, a excepcionalidade estadunidense, a ausência do caráter missionário e a crença da essencialidade especial dos valores nacionais são os elementos mais dissonantes.

Trump reivindica a excepcionalidade nacional em termos meramente materiais e quantitativos, em detrimento dos qualitativos, priorizando, em contrapartida a superioridade econômica e militar do país (Estados Unidos, 2018). Para Trump a excepcionalidade é um processo inacabado e em disputa, tal como verificado no

[19] "[…] I don't blame China for taking advantage of us – I blame our leaders and representatives for allowing this travesty to happen" (Estados Unidos, 2019).
[20] "[…] acting as a powerful lure for illegal immigration. That is what is happening in California and other states. Their systems are totally out of control, costing taxpayers vast and unaffordable amounts of money" (Estados Unidos, 2020).

discurso puritano em relação a ansiedade dos colonos da Nova Inglaterra na constante busca pela reafirmação da predestinação divina.

Em relação ao segundo eixo conceitual, o papel dos EUA na OIL, embora rejeite a essencialidade da excepcionalidade nacional, o presidente age sob as prerrogativas criadas pelo exercício da hegemonia estadunidense. Baseada, por sua vez, no discurso da excepcionalidade missionária, que permitem aos EUA agirem unilateralmente em uma ordem criada a partir dos seus interesses nacionais, usando o multilateralismo como uma ferramenta para impor e reforçar a sua hegemonia. Assim, as capacidades materiais priorizadas por Trump foram geradas pela imposição da universalidade dos valores nacionais, consolidando a dominação ideológica, econômica e política dos EUA na OIL.

Ademais, observou-se um alinhamento com o unilateralismo ativista tradicional da política externa estadunidense. Nota-se essa dinâmica a partir do emprego de políticas protecionistas como instrumentos de projeção de poder econômico, preferindo acordos bilaterais, bem como a condução de operações militares com objetivos mais táticos e limitados, além da promoção do patriotismo (Restad, 2020; Magnotta, 2021), em rechaço ao caráter homogeneizador do liberalismo internacional, como forma de reafirmação da identidade nacional tradicional (Curran, 2018)

Trump rejeitou a posição de árbitro moral internacional (Fiori, 2019), típico do caráter missionário, revestindo-se de um caráter patriótico em defesa dos valores tradicionais da família nuclear cristã contra à narrativa da ameaça externa. Dessa forma, em relação ao terceiro eixo, a relação da alteridade com a identidade nacional, Trump contraria a retórica do progresso social expansionista puritano que empregava assimilação de migrantes, populações indígenas e negras sob a narrativa de uma identidade comum (Neüff, 2018).

Com efeito, Trump não pareceu estar interessado na homogeneização do mundo aos valores nacionais como ferramenta de projeção de poder internacional, por considerar que esta estratégia levaria a mais riscos para a soberania nacional. Entretanto, tampouco incentivou a assimilação da diversidade; neste sentido, as diferenças culturais não foram ignoradas, mas denunciadas como diferenças irreconciliáveis à autopercepção de nação do presidente e de seus eleitores.

Como balanço final, a pesquisa entende que Trump, com suas particularidades ideológicas e retóricas, apresenta alguns desvios com o discurso dominante de identidade nacional estadunidense, conforme os resultados encontrados através da análise dos três eixos conceituais da pesquisa. Nota-se que o presidente é favorável ao discurso da excepcionalidade, porém difere da definição clássica ao discordar de sua natureza fixa e seu caráter missionário. Logo, rejeita o impulso expansionista e

universalizante dos valores nacionais, como ferramenta de construção de uma ordem internacional e para sua manutenção hegemônica.

Em contrapartida, a liderança do SI, advém exclusivamente pelo sucesso econômico, a defesa irrestrita da liberdade e a absoluta superioridade militar (Estados Unidos, 2018). Uma posição, em partes, coerente com os preceitos básicos da projeção de poder estadunidense nesse sistema (Renshon, Suedfeld, 2021; Fiori, 2018). Ademais, a alteridade como ferramenta de construção da identidade nacional em oposição ao "Outro" também é uma prática comum na política externa estadunidense, embora Trump enfatize os inimigos domésticos como riscos existenciais a ordem política e social do país em vez de fontes externas de ameaça.

Partindo destas reflexões, infere-se que a articulação discursiva de Donald Trump, apresenta intersecções com a estrutura mais ampla sobre a narrativa de identidade nacional, verificadas através das suas semelhanças com os marcadores históricos representados nos três eixos conceituais desta pesquisa. Assim, conforme as necessárias adequações à atual conjuntura multipolar, sua narrativa passa por adaptações ideológicas, mas não seria possível classificá-la com uma ruptura total com a tradição de política externa, havendo um alinhamento tendencial entre as respectivas narrativas sobre identidade nacional

REFERENCIAS

BELL, Daniel. The 'Hegelian Secret': Civil Society and American Exceptionalism. In: SHAFER, Byron E. **Is America Different?**: A New Look at American Exceptionalism. Oxford: Oxford University Press, 1991. cap. 2, p. 46-70. ISBN 0-19-827734-2.

BERCOVITCH, S**. The Puritan Origins of the American Self.** New Haven: Yale University Press, 2011. 298 p. ISBN 978-0-300-17241-6

BURLEY, Anne-Marie. Regulating the World: Multilateralism, International Law, and the Projection of the New Deal Regulatory State. In: RUGGIE, John Gerard (ed.). **Multilateralism matters**: The Theory and Praxis of an Institutional Form. New York: Columbia University Press, 1993. cap. 4, p. 125-156. ISBN 0-231-07981-8.

BOZEMAN, Theodore Dwight. The Puritans' "Errand into the Wilderness" Reconsidered. **The New England Quarterly**, [s. l.], v. 59, ed. 2, p. 231-251, June 1986. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/365680?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_content. Acesso em: 2 jul. 2024.

CAMPBELL, David. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. 2. ed. rev. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998. 289 p. ISBN 0-8166-3144-1.

CURRAN, James. "Americanism, not globalism": President Trump and the American mission. Lowy Institute for International Policy, [s. l.], p. 1-28, July 2018. Disponível em: http://www.jstor.com/stable/resrep19793. Acesso em: 25 fev. 2024.

DOMINGUES, Beatriz Helena. Manifest Destiny in America History: Religion, History and Policy. In: DINIZ, Eugenio (org.). **Estados Unidos**: Política Externa e Atuação na Política Internacional Contemporânea. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. cap. 1, p. 19-36. ISBN 978-85-60778-42-3.

DOTY, Roxanne Lynn. Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines. **International Studies Quarterly**, [s. l.], ano 3, v. 37, p. 297-320, September 1993. DOI: 10.2307/2600810. Disponível em: https://academic.oup.com/isq/article-abstract/37/3/297/1827804. Acesso em: 8 fev. 2024.

DIAMOND, Jeremy; KLEIN, Betsy. Trump ramps up pressure on Venezuela's Maduro in speech. **CNN**, [*S. l.*], p. 1-1, 18 fev. 2019. Disponível em: https://edition.cnn.com/2019/02/18/politics/donald-trump-venezuela-miami/index.html. Acesso em: 22 ago. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **President Donald J. Trump's State of the Union Address**. Washington, 30 Jan. 2018. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trumps-state-union-address/. Acesso em: 11 fev. 2024

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **President Donald J. Trump's State of the Union Address**. Washington, 5 Feb. 2019. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trumps-state-union-address-2/. Acesso em: 11 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **Remarks by President Trump in State of the Union Address**. Washington, 4 Feb. 2020. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-state-union-address-3/. Acesso em: 10 fev. 2024.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 496 p. v. 1. ISBN 852000511X.

HABERSKI, Raymond Jr. Just War as Ideology: A Militant Ecumenism of Catholics and Evangelicals. In: **Ideology in U.S. Foreign Relations**: New Histories. New York: Columbia University Press, 2022. cap. 13, p. 263-278. ISBN 9780231554275. Disponível em: https://www.degruyter.com/document/doi/10.7312/nich20180-014/html. Acesso em: 9 fev. 2024.

HALL, Stuart. **A Identidade na Pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 101 p. ISBN 85-7 490-402-3.

HILL, Alan; Matthew, HURST, Steven (ed.). **The Trump Presidency**: Continuity and Change in US Foreign Policy. London: Routledge, 2022. 146 p. ISBN 9781003309871.

HIXSON, Walter, L. **The Myth of American diplomacy**: national identity and U.S. foreign policy. New Haven: Yale University Press, 2008. 377 p. ISBN 0-300-11912-7.

HOLLAND, Jack; FERMOR, Ben. The discursive hegemony of Trump's Jacksonian populism: Race, class, and gender in constructions and contestations of US national identity, 2016–2018. **Politics**, [*s. l.*], v. 41, ed. 1, p. 64-79, 2021. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263395720936867. Acesso em: 24 jul. 2024.

HUNT, Michel H. **The American ascendancy**: how the United States gained and wielded global dominance. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007. 404 p. ISBN 978-0-8078-3090-1.

IKENBERRY, G. John. Is American Multilateralism in Decline?.**American Political Science Association**, [s. l.], v. 1, ed. 3, p. 533-550, Sep. 2003. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3688710. Acesso em: 1 jul. 2024.

IKENBERRY, G. John. **Liberal Leviathan**: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order. New Jersey: Princeton University Press, 2011. 372 p. ISBN 1400838193.

KARNS, Margaret P.; MINGST, Karen A. **The United States and Multilateral Institutions**: Patterns of Changing Instrumentality and Influence. London: Routledge, 1992. 378 p. ISBN 9780203168387.

LIPSET, Seymour Martin. **American exceptionalism**: A Double-edged Sword. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1996. 352 p. ISBN 978-0-393-3 1614-8.

MAGNOTTA, Fernanda. Um Balanço da Política Externa da Era Trump. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)**, Rio de Janeiro, p. 1-36, Janeiro 2021. Disponível em: https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/um_balanco_da_politica_extern.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

MEARSHEIMER, John J. **Bound to Fail**: Rise and Fall of the Liberal International Order. International Security, [s. l.], v. 43, ed. 4, p. 7-50, spring 2019. DOI 10.1162/ISEC_a_00342. Disponível em: https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/International%20Security_Bound%20to%20Fail.pdf. Acesso em: 7 jan. 2024.

MEAD, Walter Russell. The Jacksonian Revolt: American Populism and the Liberal Order. **Foreign Affairs**, [*s. l.*], v. 96, ed. 2, p. 1-7, March/April 2017. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/united-states/jacksonian-revolt-populism-donald-trump. Acesso em: 13 ago. 2024.

MILLER, Perry. **Errand into the Wilderness**. Massachusetts: Belknap Press, 1956. 256 p. ISBN 0674261550.

NEÜFF, Marta. **Words of Crisis as Words of Power**: The Jeremiad in American presidential speeches. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2018. 401 p. ISBN 978 90 272 0050 1.

NIEBUHR, Reinhold. ‘Redeemer Nation’ to Super-Power. **The New York Times**, [S. l.], p. 1-1, 4 dez. 1970. Disponível em: https://www.nytimes.com/1970/12/04/archives/redeemer-nation-to-superpower.html. Acesso em: 14 jul. 2024.

NIEBUHR, Reinhold. **The Irony of American History**. Chicago: The University of Chicago Press, 2008. 174 p. ISBN 978-0-226-58398-3.

NYE, Joseph S. The rise and fall of American hegemony from Wilson to Trump. **International Affairs**, [s. l.], v. 95, ed. 1, p. 63-80, 2019. DOI 10.1093/ia/iiy212. Disponível em:https://academic.oup.com/ia/article/95/1/63/5273551?login=false. Acesso em: 14 fev. 2024

PRESTOWITZ, Clyde. **Rogue Nation**: American Unilateralism and the Failure of Good Intention. New York: Basic Books, 2004. 352 p. ISBN 9780465062805.

RENSHON, Stanley A.; SUEDFELD, Peter. **The Trump Doctrine and the Emerging International System**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021. cap. 4, p. 99-125. ISBN 978-3-030-45050-2.

RESENDE, Erica Simone Almeida. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa**: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana. Orientador: Prof. Dr. Rafael Duarte Villa. 2009. 323 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI:10.11606/T.8.2009.tde-28102009-094933. Acesso em: 8 fev. 2024.

RESTAD, Hilde Eliassen. **American Exceptionalism**: An idea that made a nation and remade the world. New York: Routledge, 2015. 270 p. ISBN 978-0-415-81751-6.

RESTAD, Hilde Eliassen. What makes America great?: Donald Trump, national identity, and U.S. foreign policy. Global Affairs, [s. l.], 19 fev. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/23340460.2020.1734955. Acesso em: 19 abr. 2024.

RUGGIE, John G. **Winning the Peace**. New York: Columbia University Press, 1996. 288 p. ISBN 023110426X.

ROSATI, Jerel A.; SCOTT, James M. **The Politics of United States Foreign Policy**. 5. ed. Wadsworth: Wadsworth, Cengage Learning, 2011. 541 p. ISBN 978-0-495-79724-1.

SHAPIRO, Michael J. Textualizing Global Politics. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. International/intertextual relations: postmodern readings of world politics. Massachusetts: Lexington Books, 1989. cap. 2, p. 11-22. ISBN 0669-18956-1.

SHAFER, Byron E. Preface. *In*: SHAFER, Byron E. Is America Different?: A New Look at American Exceptionalism. Oxford: Oxford University Press, 1991, p. v-xi. ISBN 0-19-827734-2.

SKIDMORE, David. Understanding the Unilateralist Turn in U.S. Foreign Policy. **Foreign Policy Analysis**, [s. l.], v. 1, ed. 2, p. 207-228, July 2005. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24907227. Acesso em: 1 jul. 2024.

TYRRELL, Ian. **American Exceptionalism**: A New History of an Old Idea. Chicago: The University of Chicago Press, 2021. 275 p. ISBN 9780226812120.

VAN DIJK, Teun A. **Ideologia**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 50, ed. esp. (supl.), p. s53-s61, dez 2015. DOI 10.15448/1984-7726.2015.s.23139. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/23139. Acesso em: 18 dez. 2023.